



TRABALHADORES RURAIS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS: EDUCAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

Manuela Chagas Manhães¹

RESUMO: Buscou-se com este artigo compreender a relevância das Políticas Sociais, encontradas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e no Programa Brasil Quilombola (PBQ) para o desenvolvimento social, político e econômico dos trabalhadores rurais e remanescentes de Quilombo, em particular, da Região dos Lagos: RJ e entender a importância de se efetivar a Pedagogia Social como forma de ação educativa junto aos remanescentes quilombolas. O fato é que tais programas são fontes de dignidade, e podem favorecer atender a demanda de habitações rurais, a capacitação profissional para melhor beneficiamento do trabalho agrário e ações sociopolíticas educacionais para resgatar a dignidade, o sentido de cidadania, autonomia, para estes que ao longo de nossa história foram invisíveis na e para sociedade.

Palavras-chave: Políticas sociais; Quilombola; Trabalhadores rurais, Educação.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade construída pelo mito das três raças foi moldada por um pensamento repleto de racismo, preconceitos e estigmas os quais são mantidos até hoje. Além de questões simbólicas refletidas no cotidiano dos diferentes grupos sociais que passam por processos de exclusão social, temos na atualidade diferentes enfrentamentos e dificuldades, que percorrem o desafio para efetivação de políticas públicas que refaçam e ressignifiquem a história da sociedade brasileira, tendo como base a Constituição Federal de 1988, em que trabalha-se para uma sociedade democrática, garantindo a cidadania a partir da igualdade racial e da

¹ Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2005) e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade em 2002 e em História pela UNIVERSO- 2005. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós Graduação de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

preservação de nossa história e memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversidade cultural.

Dessa forma as Políticas Sociais encontradas no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e no Programa Brasil Quilombola (PBQ) têm sido bases estruturais para o desenvolvimento social, político e econômico dos trabalhadores rurais e remanescentes de Quilombo, em particular, da Região dos Lagos: RJ. Entretanto, além de questões de infraestruturas objetivadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em que se efetua a construção de casas próprias – minha casa, minha vida: minha casa quilombola construída – é importante ter concomitantemente projetos sociais para que possam favorecer a inclusão produtiva através do desenvolvimento local, da economia doméstica, da sustentabilidade sócio ambiental, da infraestrutura e, conseqüentemente, da qualidade de vida, na qual se efetiva o acesso a terra (territorialidade, moradia) e uma educação crítica, criativa e reflexiva para que haja a conscientização de sua memória coletiva, do sentido de pertencimento resgatando sua identidade cultural e sua autoestima, a partir de sua cultura, de sua rica e única história, favorecendo a formação inclusiva através da pedagogia social. Em outras palavras, tais ações sociais são direcionadas por um grande objetivo: criar condições para que haja o desenvolvimento e superação da desigualdade social e garantir a cidadania dos trabalhadores rurais remanescentes de quilombos.

Por isso ao iniciarmos esta pesquisa partimos do Projeto de pesquisa elaborado junto a ONG: GALCUNE e que foi aprovado pelo Governo Federal e o Banco do Brasil. Tal projeto é resultado de uma grande militância para trazer dignidade e a formação de uma consciência crítica, reflexiva e coletiva aos remanescentes quilombolas além de todas as questões de infraestrutura que atendem as necessidades da realidade social desta comunidade. Entre idas e vindas a luta tem suas frentes de batalhas dentro das questões políticas, econômicas, histórico-culturais, mas que têm sido enfrentadas e superadas.

Partindo deste primeiro momento pretendemos com este artigo refletir sobre a relevância de políticas sociais como possibilidade de garantia da cidadania e autonomia para os trabalhadores rurais e remanescentes quilombolas e entender como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) podem vir a efetivar a equidade sócio racial.

Além disso, buscamos analisar os fatores que contribuem para o resgate da identidade cultural, pertencimento e a consciência coletiva entre os remanescentes quilombolas e ainda compreender a relação existente entre o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o

Programa Brasil Quilombola (PBQ) e a possível utilização da Pedagogia Social como ação sócio educativa para que haja o desenvolvimento local, comunitário, educação doméstica, crítica reflexiva, sustentabilidade social e ambiental, conscientização coletiva para os trabalhadores rurais remanescentes quilombolas.

METODOLOGIA

Realizamos para a produção deste trabalho uma revisão bibliográfica- teórica que possibilitasse uma fundamentação sobre as temáticas trabalhadores rurais e remanescentes quilombolas, e uma contextualização sobre a formação territorial demográfica do Brasil e o pensamento sócio político brasileiro, além das cartilhas dos programas nacionais: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Tem sido realizado na Entidade Organizadora (Parceira Banco do Brasil): Associação Beneficente e Recreativa Galpão da Cultura Negra- GALCUNE, que tem como presidente geral no Brasil com sede no Rio de Janeiro Jorge Henrique e presidente no município de Cabo Frio Heliamar Santos Reis, a incansável militância, assessoria e levantamento de dados para que possamos implementar as políticas sociais que trazem como eixo norteadores: direito e cidadania, inclusão produtiva e desenvolvimento local, infraestrutura e qualidade de vida e acesso a terra. Tais eixos têm como base o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que lutam contra o racismo e a desigualdade social no Brasil e buscam legitimar e efetivar a promoção da igualdade racial, pertencimento e garantia dos direitos constitucionais, dignidade, moradia e sustentabilidade. Para isso várias reuniões e palestras têm sido realizadas junto aos moradores do quilombo Botafogo, do município Cabo Frio, com o governo federal e entre os membros da equipe da Entidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns autores identificam o quilombo como uma forma de resistência política (ARRUTI: 2003:09), tendo tido várias conotações ao longo da história. O fato é que este movimento nasce de um protesto político, sendo estudado por diferentes autores e áreas por

ser uma concepção que transcende a história, a sociologia, a antropologia, o marxismo na historiografia, entre outras áreas das ciências humanas e sociais no Brasil. De uma maneira geral, podemos afirmar que o quilombo tem um sentido de resistência das classes oprimidas que trazem características raciais negras, e que ganha força no cenário sociopolítico brasileiro por meio dos movimentos sociais, tendo como carro chefe o Movimento Negro Unificado (MNU). Este, por sua vez, é construído por meio de seu caráter simbólico e prático em que há afirmação do negro enquanto sujeito social, trabalhando a autoestima, a identidade, a valorização do mesmo mediante o acesso a políticas afirmativas que pudessem qualificar suas relações e sua vivência em sociedade, promovendo concomitantemente a autonomia e o exercício da cidadania.

Logo concordamos com Leite (2003) ao falar que os quilombos e os seus remanescentes trabalhadores rurais são um movimento de resistência, em que se realiza uma luta política, por um lado, e de uma reflexão científica em processo de construção por outro: a do negro brasileiro, seu pertencimento e sua identidade coletiva.

Atualmente os remanescentes de quilombos são considerados como grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais, etc, em torno do auto reconhecimento identitário e objetiva a manutenção ou reconquista da posse definitiva de sua territorialidade. Para isso articula-se diferentes características e particularidades que se convergem em torno de sua ressignificação e formação de consciência coletiva, como por exemplo, ancestrais em comum, vínculo territorial longo, zona rural, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão, etc. Ou seja, tudo aquilo que permite identifica-los no que se refere ao pertencimento pela identidade cultural em que se reconhece a partir do coletivo.

Isso significa dizer que, ao falarmos de identidade cultural coletiva e pertencimento nos e dos remanescentes dos quilombos fazemos uma referência histórica comum, construída a partir de vivências, linguagem, rituais, hábitos, costumes e valores vivenciados pelo grupo como um todo. Assim nos quilombolas existe a relação direta a uma identidade étnica e ao preconceito, este último construído em nosso país pela exclusão e exploração via escravidão e posteriormente alimentada pela estratificação social, pelo estigma de pobreza e todas as consequências que foram extraídas pela legitimação da democracia racial. A dívida que se tem não é apenas do Estado, mas também da sociedade como um grande organismo que favoreceu a um ranço de preconceitos e racismo no meio social. Por isso a existência de programas federais voltados para trabalhadores rurais se articulam aos remanescentes de

quilombos via integração do trabalho, meio de produção rural, e afro descendência trazendo como grande arcabouço a consolidação da consciência identitária e reivindicatória diante das injustiças sociais e que cujas demandas se revelam em diferentes organizações e apoiam se hoje na carta magna, a Constituição Federal de 1988: A Constituição Cidadã, traçando planos, programas, leis e projetos que favoreçam a equidade social, fortalece a democracia, garantindo, portanto, a igualdade racial e social.

Para isto é de suma importância uma ação social coletiva pautada na sua natureza reivindicatória e que busque assegurar, ou melhor, transformar valores sociais básicos da ordem institucional da sociedade brasileira, como o exercício pleno da cidadania junto a outras entidades sociais, onde teríamos um novo sentido para a realidade social experimentada, vivenciada pelos indivíduos, estruturando os como profissionais, favorecendo a territorialidade, o seu reconhecimento para o grupo em si mesmo, tornando real a autonomia, favorecendo a educação, a moradia, a legitimação de seus traços e processos culturais, revitalizando a memória, o sentido de pertencimento e a identidade cultural em nosso país que tem como base a diversidade cultural.

É dessa forma estrutural-histórica que deve ser entendida a categoria: remanescentes de quilombos, como um ente vivo, para que possa cumprir o fim a que se propôs e sua ordem constitucional: o reconhecimento da propriedade territorial definitiva e a emissão de seus respectivos títulos (MARQUES, SIMAD E SAMAPAIÓ: 2012:149.).

Tais movimentos que buscam a inclusão social tem o respaldo nas políticas de igualdade racial no Brasil, que desde a promulgação da Constituição de 1988, percebem progressos no marco regulatório de combate ao racismo e desigualdade social no Brasil, institucionalizando a questão ao efetivar o Estatuto de Igualdade Racial, em 2010 que foi marcada por lutas, conferências, debates no meio político e acadêmico na sociedade brasileira. Dessa forma, o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, após dez anos de tramitação no Congresso Nacional. Tornou-se uma peça de suma importância para que haja o fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil.

As estratégias de institucionalização da temática racial no Brasil remontam ao início dos anos 1980. Em sua diversidade e alcance, em seus êxitos e fracassos, tais estratégias foram capazes de nos trazer ao patamar em que nos encontramos hoje. O patamar possível no quadro da política racial brasileira, que se modificou ao longo dos últimos anos, mas que mostra sinais de

esgotamento de suas possibilidades de alavancar novos processos de inclusão da população negra, para além, dos deflagrados até o momento. Hoje, se admite a existência do racismo, mas isso não se traduz na admissão do seu papel estruturador das relações na sociedade brasileira (SEPPIR: 2013:64).

Percebemos deste modo, que as condições para mudar o cenário da sociedade brasileira foram se construindo ao longo das décadas, podendo ser demonstrados quando foram efetivadas e implementadas uma série de políticas voltadas para a inclusão social e econômicas. Tais políticas foram mediatizadas pelas ações afirmativas, por movimentos sociais dos grupos de minoria que geraram grandes impactos nas organizações coletivas que favorecem ações políticas e novos paradigmas voltados para a construção do Brasil a partir da equidade social e racial.

Entretanto a concepção de inclusão social não é suficiente para derrubar a estrutura social que ainda mantém um caráter excludente que pesa um forte simbolismo na estratificação social brasileira, em que estereótipos são formados além dos estigmas de pobreza. Tais estigmas e estereótipos percorrem o imaginário e são instrumentos ideológicos, são instrumentos de uma violência simbólica que traz como grande consequência autoestima e baixa-estima, desânimo e a reprodução ideológica social que limita o indivíduo, que não oferece condições de desenvolvimento, de reflexão, de oportunidades de projetos, sonhos, qualificações perpetuando uma sociedade da desigual, dualista e repleta de disparidades e que vem aumentando o abismo social. Portanto, o processo deve passar por um processo reflexivo que faça a desconstrução tanto destes estereótipos quanto dos diferentes estigmas, desarticulando esta violência que vem sendo praticada na sociedade. É preciso pensar, realizar ações educacionais e sociopolíticas para que possam reverter à imagem criada para estes indivíduos que sofreram diante tanta injustiça e desigualdade social, foram determinados como inferiores, incapazes, ou ainda merecedores das mazelas que os circunda.

Ao refletirmos sobre estas questões que estão presentes na realidade sócio histórica de nosso país, entendemos que a construção de uma nova imagem de si e de seus pares deve ser efetuada pela política cultural, pela educação inclusiva, nas quais o reconhecimento seria a de um sujeito social que entende o seu lugar na sociedade como membro efetivo da mesma, que tem seus direitos garantidos e praticados em seu cotidiano, e que é merecedor de uma vida digna, se iniciando com um sonho realizado: minha casa minha vida.

Neste aspecto a ação política torna-se um instrumento para equidade social, uma estratégia para resgatar a história e memória deste grupo de minoria e promover o acesso às

oportunidades mais valorizadas socialmente, provendo condições de desenvolvimento para que se possa pensar em oportunidades e possibilidades de qualidade de vida pela sustentabilidade seja social, econômica, política, cultural, institucional.

Para a efetivação destas ações políticas tem-se como base o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) – este último, criado em 2004 e regulamentado 2007. Nestes programas têm ações sociais divididas em quatro eixos norteadores: direito e cidadania, inclusão produtiva e desenvolvimento local, infraestrutura e qualidade de vida e acesso a terra. Estes eixos tem como base o Programa Brasil Quilombola para enfrentar o racismo e a desigualdade social no Brasil, buscando legitimar e efetivar a promoção da igualdade racial e garantindo os direitos constitucionais a estes grupos étnico-raciais que se reconhecem como tal, e que tiveram uma trajetória histórica própria dotada de relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão, exploração e escravidão e que ao longo de sua história construíram a identidade e o ofício: trabalhadores rurais, ou seja, estas questões que estão enraizadas na sociedade brasileira demonstram a relevância de se implementar estas políticas sociais juntos aos remanescentes quilombolas.

Neste sentido o Programa Nacional Habitação Rural atende a concepção de garantir a cidadania deste grupo que se mantem como trabalhadores rurais e, sobretudo atende a uma demanda: da habitação rural. Tal programa, então, possibilita a questão da autoafirmação deste trabalhador rural ao oportunizar a sua fixação nas suas terras, entendidas como quilombos e contribui para a corroboração de sua cultura e sua identidade negra, afro brasileira, promovendo a dignidade e todo um resgate do sentido maior de nação brasileira perante a Constituição Federal ao trazer para realidade o mínimo de igualdade sócio racial.

O fato é que estes trabalhadores rurais remanescentes de quilombos mantiveram se presos à sustentabilidade através da terra, enfrentando diferentes problemáticas evidenciadas por eles mesmos e pela sociedade civil como um todo: falta de infraestrutura, ausência de moradia, saneamento, transporte segurança alimentícia, educação, em outras palavras questões básicas que trouxessem qualidade de vida, além de desenvolvimento do local, desta comunidade rural de forma autônoma e que favorecessem os mesmos a tão sonhada dignidade e equidade sócio racial em nosso país e pudesse desse modo modificar a realidade social vivenciada.

Para isso torna se de grande relevância não só a construção de suas casas tão sonhadas, mas de um trabalho social que tem como base os eixos estratégicos de tais programas. Por

isso justificamos utilização da pedagogia social a qual diferencia se da tradicional por não ser bancária, curricular, seriada e engessada, mas sim, por ser orientada por ações didáticas pedagógicas voltadas para o cotidiano dos protagonistas, pelos valores e pelas histórias assim como suas necessidades.

Em suma tais programas sociais só podem atingir seu objetivo maior – fazer a Constituição Cidadã prevalecer para todos – quando juntamente a questões de infraestrutura houver um processo educacional social para a capacitação profissional, para que haja o reconhecimento da identidade cultural e autoestima entre os pares, para que se favoreça a constituição da consciência social e ambiental coletiva, para que se efetive a educação doméstica e, assim, a manutenção da sustentabilidade, dignidade, autonomia e conseqüentemente, da tão desejada equidade sócio racial.

CONCLUSÃO

Os fatos observados na sociedade, no quilombo, na realidade social dos trabalhadores rurais e remanescentes quilombolas demonstram a urgência que seria a efetivação, a implementação de políticas públicas para que possam realmente favorecer o processo inclusivo deste grupo na sociedade brasileira que foi desde a lei da terra excluído do sistema, sendo uma sombra daquilo que seria a equidade sócio racial. Na verdade o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Brasil Quilombola (PBQ) favoreceriam par o enfrentamento não só do racismo e da desigualdade social no Brasil, mas poderiam garantir os direitos constitucionais, segurança alimentícia, escoamento de produção, economia solidária, além de infraestrutura, moradia e dignidade social a estes grupos étnico-raciais que sobrevivem da terra e que são ainda invisíveis a sociedade brasileira.

Tais programas para serem efetivados faz-se necessário a utilização de ações sócio educativas que venham favorecer não só a capacitação profissional dos trabalhadores rurais, mas de seu reconhecimento enquanto sujeitos de suas histórias na sociedade brasileira, ou seja, estas ações para que possam ter significado e representação junto à comunidade não podem ser bancárias, tradicionais. Estas devem ser oferecidas voltadas para as expectativas, necessidades e valores construindo entre os membros uma conscientização, favorecendo a interlocução entre os mesmos e a sociedade. Deste modo se implementassem verdadeiramente tais programas e paralelamente a utilização da pedagogia social pode-se dizer que estaria se indo de encontro à Constituição Cidadã.

O presente trabalho desse modo vem demonstrar a importância de políticas sociais para as comunidades quilombolas, possibilitando possíveis benefícios sociais e ainda favorecer uma educação crítica, criativa e reflexiva para que haja a conscientização de sua memória coletiva, do sentido de pertencimento resgatando sua identidade cultural e sua autoestima, a partir de sua cultura, de sua rica e única história, favorecendo a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **Direito costumeiro e grilagem cartorial**. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/OQ_temp/apres_pretoforro.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 21 jun. 2014

LEITE, I. B. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais**.

Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=21>>. Acesso em: 07 nov. 2003.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia Nº 322. Departamento de Antropologia/UnB. Brasília 2002.

LOPES, R da . L. **O Direito na História**. SP: Max Limonand, 2002.

MAGNANI, J. G. C. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI e TORRES (org). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, Edusp, 1996, p. 12-53.

MARQUES, C. E.; SIMAD, D.S.; SAMPAIO, A. L. Territórios, identidades e direitos entre os Quilombos Urbanos de Belo Horizonte: o caso das Mangueiras. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marins; Or. Alfredo Waner Berno de Almeida (et. al.), **Cadernos de debate Nova cartografia social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos**. 1ª.ed. Manaus: UEA Edições, 2012, v.1, p. 147-161.

MATA, Sérgio da [2005]: Georg Simmel em Palmares. Cronos: **Revista de História**. Pedro Leopoldo, v.8, p.73-103.

MELLUCI, A. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

NASCIMENTO, Abdias. 1980 Documento n° 7: Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras. In: NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos de uma militância Pan Africana**. Petrópolis, Editora Vozes.

SEPPIR. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas- publicação da SEPPIR- Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.